

Demonstrações Financeiras

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

31 de dezembro de 2020

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Conselheiros da

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

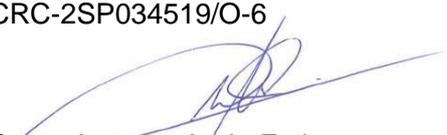
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Cezar Augusto A. de Freitas
Contador CRC-1SP234620/O-4

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Balancos patrimoniais
31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	947	770
Caixa e equivalentes de caixa vinculados (Nota 4)	101	158
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	109.867	129.259
Títulos e valores mobiliários vinculados (Nota 5)	10.634	7.830
Contas a receber (Nota 6)	42.598	55.466
Estoques (Nota 7)	11.799	6.819
Outras contas a receber	1.247	550
	177.193	200.852
Não circulante		
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	151.223	53.104
Depósitos judiciais	1.718	1.020
Outras contas a receber	340	314
	153.281	54.438
Imobilizado (Nota 8)	82.749	75.151
Intangível (Nota 9)	1.065	1.648
Ações recebidas em doações	123	123
Propriedade para investimento (Nota 10)	35.762	35.762
	119.699	112.684
Total do ativo	450.173	367.974

	2020	2019
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores (Nota 11)	20.567	19.064
Salários e contribuições sociais (Nota 12)	10.520	14.081
Adiantamentos de clientes	5.757	2.160
Subvenções (Nota 2.11 (a))	10.735	7.988
Parcelamento de impostos	156	334
Receitas diferidas	300	300
Outras contas a pagar	521	743
	48.556	44.670
Não circulante		
Investimentos subsidiados (Nota 2.11 (c))	15.613	11.183
Parcelamento de impostos	511	656
Provisão para contingências (Nota 13)	3.931	3.676
Receitas diferidas	750	1.050
	20.805	16.565
Total do passivo	69.361	61.235
Patrimônio líquido (Nota 14)		
Patrimônio social	306.739	248.903
Superávit acumulado	74.073	57.836
Total do patrimônio líquido	380.812	306.739
Total do passivo e patrimônio líquido	450.173	367.974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Receitas Operacionais		
Receitas com atividades hospitalares		
Convênios	170.641	189.451
Particular	4.421	3.934
SUS	3.633	3.617
Subvenção, convênios e termos (Nota 16)	1.396	1.609
(-) Dedução da receita	(14.531)	(11.450)
	165.560	187.161
Receitas com atividades ambulatoriais		
Convênios	10.963	17.624
Particular	4.264	7.267
SUS	44.387	38.598
Subvenção, convênios e termos (Nota 16)	8.322	6.204
(-) Dedução da receita	(8.103)	(2.984)
	59.833	66.709
Receitas institucionais		
Subvenção, convênios e termos (Nota 16)	540	806
Investimentos subsidiados (Nota 17)	1.493	1.238
Receitas com doações (Nota 15)	93.802	81.371
Receitas financeiras (Nota 19)	6.872	10.160
Gratuidades obtidas (Nota 23)	46.537	83.015
Voluntariado (Nota 20)	809	2.701
Outras (Nota 18)	13.857	16.797
(-) Dedução da receita	(849)	(1.217)
	163.061	194.871
Total das receitas	388.454	448.741

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações do resultado--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Despesas Operacionais		
Despesas com atividades hospitalares		
Despesas com pessoal	(28.525)	(28.425)
Despesas com material	(59.929)	(70.445)
Despesas com prestação de serviços	(23.611)	(23.264)
Despesas administrativas e gerais	(2.241)	(2.030)
	(114.306)	(124.164)
Despesas com atividades ambulatoriais		
Despesas com pessoal	(46.634)	(52.581)
Despesas com material	(18.091)	(25.994)
Despesas com prestação de serviços	(6.130)	(6.946)
Despesas administrativas e gerais	(4.106)	(3.777)
	(74.961)	(89.298)
Despesas com atividades institucionais		
Despesas com pessoal	(38.994)	(42.308)
Despesas com material	(2.311)	(3.992)
Despesas com prestação de serviços	(15.363)	(18.263)
Despesas com doações	(9.045)	(7.702)
Despesas administrativas e gerais	(9.857)	(12.346)
Despesas financeiras e bancárias	(2.198)	(2.118)
Gratuidades concedidas (Nota 23)	(46.537)	(83.015)
Voluntariado (Nota 20)	(809)	(2.701)
Outras	-	(4.998)
	(125.114)	(177.443)
Total das despesas	(314.381)	(390.905)
Superávit do exercício	74.073	57.836

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados; portanto não é apresentada a demonstração do resultado abrangente.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Em 1º de janeiro de 2019	164.080	84.823	248.903
Incorporação do superávit ao patrimônio social (Nota 14)	84.823	(84.823)	-
Superávit do exercício	-	57.836	57.836
Em 31 de dezembro de 2019	248.903	57.836	306.739
Incorporação do superávit ao patrimônio social (Nota 14)	57.836	(57.836)	-
Superávit do exercício	-	74.073	74.073
Em 31 de dezembro de 2020	306.739	74.073	380.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	74.073	57.836
Ajustes para conciliar o superávit do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações (Notas 8 e 9)	9.050	8.369
Constituição de provisão para contingências, líquida (Nota 13)	255	384
Constituição (reversão) de provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 6)	78	(557)
Constituição (reversão) de provisão glosas (Nota 6)	2.363	(172)
Baixas de ativo imobilizado (Notas 8)	361	1.827
Provisão para perda no ativo imobilizado (Nota 8)	(2)	(233)
Provisão para perda de estoques (Nota 7)	-	(57)
Ativos imobilizados recebidos por doações (Nota 8)	(149)	(585)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	10.427	1.382
Estoques	(4.980)	(326)
Depósitos judiciais	(698)	(569)
Outras contas a receber	(723)	(56)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	1.503	(4.533)
Salários e contribuições sociais	(3.561)	946
Adiantamento de clientes	3.597	336
Subvenções	2.747	(3.719)
Investimento subsidiado	4.430	4.001
Parcelamento de impostos	(323)	(310)
Receitas diferidas	(300)	1.350
Outras contas a pagar	(222)	(1.490)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	97.926	63.824
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Movimentação líquida dos títulos e valores mobiliários	(81.531)	(46.210)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível	(16.275)	(17.380)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(97.806)	(63.590)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	120	234
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)	928	694
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 4)	1.048	928
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	120	234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD ("AACD" ou "Associação") é uma entidade de caráter beneficente e filantrópico, sem fins lucrativos ou econômicos, que tem por objetivo social promover a prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência física, especialmente de crianças e adolescentes, além de promover a sua adaptação ou readaptação social após a recuperação, e é regida pelas disposições do seu Estatuto Social e pela legislação aplicável em vigor.

As principais fontes de recursos para a manutenção e o desenvolvimento de suas atividades são provenientes de: prestação de serviços de saúde hospitalar e ambulatorial; doações espontâneas; venda de próteses, órteses e aparelhos ortopédicos; campanhas; subvenções; contribuições de associados e mantenedores; e receitas financeiras.

A AACD foi declarada de Utilidade Pública conforme a Lei Estadual nº 2.091, de 27 de dezembro de 1952 e o Decreto Municipal nº 19.265, de 25 de novembro de 1983. Também está registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) sob o nº 1073/CMDCA/2004.

A Associação entende que os recursos aplicados são suficientes para investimentos futuros e para manutenção de suas operações, por um prazo razoável de tempo, na eventualidade de ocorrência de situações adversas de qualquer natureza, sem impacto nos atendimentos prestados.

Impactos relacionados à pandemia Covid-19

A propagação da Covid-19, desde o início de 2020, tem afetado os negócios e atividades econômicas em escala global. Neste cenário de bastante incerteza, a Associação instituiu um Comitê de Crise, para gerenciamento dos planos de ação com o intuito de minimizar os impactos da Covid-19, tendo como principais objetivos preservar a saúde e integridade física das pessoas, especialmente colaboradores (funcionários, voluntários e terceiros) e pacientes. Foi estabelecida uma pauta fixa e indicadores para o acompanhamento dos tópicos: legislação, medicina do trabalho, atendimentos, insumos críticos e unidades. Além desses, o Comitê tratou de todos os temas afetos à pandemia e seus impactos para a AACD.

O volume de atendimentos da AACD foi impactado, especialmente no período de abril a julho de 2020. Seguindo tanto as diretrizes das autoridades de saúde, como as decisões colegiadas das comissões estabelecidas, até que os protocolos que assegurassem a proteção das pessoas não estivessem implantados, os atendimentos foram restritos aos casos em que havia grande prejuízo na descontinuidade do tratamento.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais--Continuação

Impactos relacionados à pandemia Covid-19—Continuação

A partir de 23 de março, os serviços administrativos passaram a ser realizados por *home office* e foram adotadas ações para garantir o máximo distanciamento social possível e redução de deslocamento de funcionários. Para minimizar os impactos da interrupção das terapias, a equipe assistencial da AACD gravou vídeos de orientação que foram divulgados nas mídias sociais da Associação. O acompanhamento dos atendimentos permitiu uma gestão adequada de toda infraestrutura, incluindo o dimensionamento de quadro de profissionais, gestão de insumos e fluxos de acesso.

Priorizando a segurança e a saúde de seus colaboradores, voluntários, pacientes e a continuidade da operação a Associação tomou as seguintes medidas:

- a) Fechamento temporário das filiais e dos bazares a partir de 20 de março de 2020, com a reabertura gradual a partir de maio de 2020 e meados de junho, respectivamente, seguindo uma rígida análise de mapa de risco da pandemia nas localidades onde opera, bem como os decretos locais.
- b) Negociação com fornecedores e prestadores de serviços: a Associação negociou descontos ou revisão de contratos com seus principais fornecedores e seus prestadores de serviços para redução de despesas.
- c) Contenção de despesas com pessoal: no mês de março, assim que as unidades foram fechadas, a Associação antecipou e pagou as férias, anteriormente provisionadas. Em junho aderiu a Medida Provisória (MP) 936/2020, reduzindo jornada de trabalho e salário de alguns colaboradores, conforme os instrumentos previstos pela própria MP. Tendo em vista a melhoria gradual do cenário econômico e a retomada do número de atendimentos e cirurgias, a Associação decidiu retomar no mês de setembro a jornada e salários. Na data de emissão dessas Demonstrações Financeiras a MP não estava em vigência, portanto nenhum colaborador permanecia afastado ou com salário reduzido.

Além dessas medidas de curto prazo, a Associação, analisou os principais riscos e incertezas advindos pela Covid-19, frente às suas demonstrações financeiras. Abaixo elencamos as principais análises realizadas: a) Risco de continuidade operacional: A AACD não identificou elementos que configurem em risco de continuidade operacional; b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – “impairment” – a Associação não identificou a necessidade de impairment no exercício; e c) Estoques: risco de perda por realização dos estoques, a AACD tem por política contábil o registro e a apresentação de seu estoque pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização, e a Associação não identificou risco de realização dos estoques.

A Administração da Associação também analisou eventuais impactos frente as suas estimativas, julgamentos e premissas que pudessem afetar a mensuração das provisões apresentadas nas referidas demonstrações financeiras por aumento de perdas esperadas em função ao risco de crédito associado às contrapartes, ou alteração significativa aos riscos que a Associação está exposta. Esta revisão considerou os eventos subsequentes ocorridos até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras, e não foram identificados efeitos significativos que deveriam estar refletidos nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação e apresentação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional, e são apresentadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica "Entidades sem Finalidade de Lucros - ITG 2002 (R1)".

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Algumas rubricas para as demonstrações financeiras de 2019 ora apresentadas, foram reclassificadas para permitir a comparabilidade com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

O Conselho de Administração da Associação, em reunião realizada em 24 de março de 2021, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Associação no processo de aplicação das práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Associação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários registrados no ativo são instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, e registrados ao custo de aquisição, atualizados pela taxa contratada e ajustados ao seu valor de justo em contrapartida do resultado do exercício. As cotas dos fundos de investimento são registradas pelo valor da última cota disponível, informado pelo administrador do fundo.

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originadas. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Associação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado ("VJR"), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação de ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A AACD não possui instrumentos financeiros classificados como VJORA.

Ativos financeiros – mensuração subsequente

Ativos financeiros a VJR - Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, foram reconhecidos no resultado.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Ativos financeiros mantidos até o vencimento - Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Associação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados serão reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Classificação passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Associação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Associação transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Associação nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

A Associação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Associação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Associação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

A AACD adota o modelo prospectivo de “perdas esperadas”. Esse modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Para os títulos e valores mobiliários, caixa e equivalentes de caixa, a Associação não obteve efeitos relevantes nas perdas de crédito, dado que as aplicações são realizadas em bancos de primeira linha.

Para as contas a receber, a AACD estabeleceu uma matriz de provisão que se baseia na experiência histórica de perda de crédito com clientes e planos de saúde, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

2.5. Estoques

Avaliados pelo método do custo médio das compras ou de produção, ou valor líquido realizável, dos dois, o menor. Quando aplicável, é constituída provisão para perda dos estoques, sobre itens obsoletos ou morosos nas datas dos balanços.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Imobilizado

São apresentados ao custo de aquisição, construção ou doação menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais itens é calculada pelo método linear, utilizando taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios	25
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa.

Os ganhos ou as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado (superávit/déficit), quando ocorridos.

2.7. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Propriedade para investimento

Refere-se a propriedades mantidas para auferir receita de arrendamento, aluguel ou valorização de capital, mas não para venda no curso normal das operações, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A AACD decidiu manter suas propriedades para investimento mensuradas pelo custo deduzidas das depreciações, que são calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica. O valor justo estimado das propriedades para investimento encontra-se divulgado na Nota 10.

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável dos Ativos", os ativos não financeiros que apresentam indícios de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, com base nas análises efetuadas, não foram identificados indicadores de potencial redução do valor de recuperação em adição aos montantes anteriormente reconhecidos como perda, referente aos ativos das unidades em processo de encerramento, conforme descrito na Nota 8.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.11. Subvenções governamentais

a) Subvenções para custeio de projetos específicos

Reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Subvenções", e apropriadas como receita, na rubrica "Subvenção, convênios e termos", quando da efetiva prestação do serviço para projetos específicos.

b) Subvenções para custeio para manutenção de unidades

Reconhecidas e apropriadas como Receita na rubrica "Subvenção, convênios e termos" mediante assinatura do convênio para manutenção das unidades por um período determinado.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Subvenções governamentais--Continuação

c) Subvenções para investimento

Referem-se a subvenções para a aquisição ou construção de bens que serão de responsabilidade da AACD. Referidas subvenções para investimento são reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Subvenções", no momento da aquisição do bem o valor sai da rubrica de "Subvenções" e passa para a rubrica de "Investimentos subsidiados", sendo apropriado como receita, na rubrica "Investimentos subsidiados", ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos ou construídos, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais". Adicionalmente, o bem adquirido ou construído é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado conforme critérios estabelecidos em Nota 2.6.

2.12. Provisões para contingências

A AACD é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 13. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representem perdas prováveis que possam ser estimadas de forma razoável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos da AACD.

2.13. Demais passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e dos encargos incorridos.

2.14. Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Reconhecimento da receita e apuração do resultado

As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência.

Receita

a) *Venda de produtos*

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao cliente, o que geralmente ocorre na sua entrega.

b) *Prestação de serviços*

A receita de prestação de serviços (atividades hospitalares e ambulatoriais) é reconhecida quando ocorre a efetiva prestação dos serviços, independente do faturamento.

c) *Receita de doações*

As doações e contribuições, por sua natureza espontânea, são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos recursos.

d) *Voluntariado*

A Associação obedece rigorosamente à legislação fiscal vigente, que determina que as entidades sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus administradores. Entretanto, conforme requerido pela ITG 2002 (R1), o valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos Conselhos de Administração, Consultivo, Fiscal e Regional e Comitês, e por outros voluntários foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Conselheiros e integrantes dos Comitês, e por outros voluntários, respectivamente (despesa e receita no mesmo montante). Na mensuração desses serviços, foi utilizado o valor justo percebido.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Apuração dos atendimentos financiados com recursos próprios (Gratuidades)

Os atendimentos/procedimentos realizados aos pacientes da AACD com deficiência são definidos a partir da patologia diagnosticada e das necessidades de tratamento de cada uma delas. Contudo, nem todos os atendimentos/procedimentos necessários realizados pela AACD em seus pacientes, fazem parte do rol de procedimentos custeados pelo SUS.

O não custeio por parte do SUS de alguns procedimentos necessários ao tratamento das pessoas com deficiência, assim como o subfinanciamento dos procedimentos cobertos, não exime a AACD de realizá-los, uma vez que estes serviços fazem parte dos protocolos de atendimentos realizados pela Associação.

Assim, para fins de apresentação na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, bem como na Nota 23, os valores relativos a gratuidades são demonstrados separadamente como receita e despesa no mesmo valor, sem gerar alteração do superávit do exercício.

2.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A AACD aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Associação decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. As alterações aplicáveis a Associação e correspondentes efeitos encontram-se descritas abaixo:

Alterações ao CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição omissão em todas as normas e a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.

A administração avaliou essas alterações e concluiu que não produziram impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Associação.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A revisão do pronunciamento fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. A administração avaliou essas alterações e concluiu que não produziram impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Associação.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020-- Continuação

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A administração avaliou essas alterações e concluiu que não produziram impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Associação.

2.18. Novas normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas e aplicáveis à AACD, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Associação, estão descritas a seguir.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Associação avalia o impacto que as alterações terão na prática atual.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

3. Estimativas e julgamentos contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes divulgados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativas são:

- (a) Provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 6);
- (b) Provisão para glosas (Nota 6);
- (c) Vida útil estimada do imobilizado e do intangível (Notas 8 e 9);
- (d) Provisão para contingências (Nota 13);
- (e) Provisão para perda de estoques (Nota 7); e
- (f) Divulgação do valor justo dos ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR).

Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

A Associação, com base no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação, realizou a revisão e mudança no modelo de mensuração da estimativa contábil de provisão de glosas, com base na melhoria do processo e novas informações disponíveis, aplicável a partir de janeiro de 2020.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Recursos próprios		
Caixa e bancos	947	770
	947	770
Recursos vinculados (a)		
Caixa e bancos	101	158
	101	158
Total	1.048	928

- (a) Vinculados a subvenções para aquisição de bens, reformas e custeio das unidades. A AACD, em 2020, obteve a liberação de 35 novos projetos, sendo 1 projeto de Renúncia Fiscal, e 34 projetos de Emendas Parlamentares.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

5. Títulos e valores mobiliários

	Rendimento médio - % 2020	2020	2019
Recursos próprios - circulante			
Fundo de investimento em cotas de fundos de investimento	0,49% a.a.	3.117	474
Operações compromissadas - CDBs (a)	101,6% do CDI	106.750	128.785
		109.867	129.259
Recursos vinculados - circulante (c)			
Poupança		6.176	7.133
Fundo de investimento em cotas de fundos de investimento	0,49% a.a.	4.458	697
		10.634	7.830
Recursos próprios - não circulante (b)			
CDB - DI	101,6% do CDI	151.223	53.104
Total		271.724	190.193

(a) As operações compromissadas foram realizadas com os bancos Bradesco, Banco do Brasil, Banrisul, Itaú, Safra, Santander Votorantim, estando lastreadas em Certificados de Depósitos Bancários – CDB.

(b) As operações se referem a aplicações em CDB-DI no Banco Santander com resgate em novembro de 2023 e no Bradesco com resgate em dezembro de 2023.

(c) Vinculados a projetos relacionados com subvenções governamentais (Nota 2.11 (a) e (c)).

6. Contas a receber

a) As contas a receber são demonstradas como segue:

	2020	2019
Convênios e planos de saúde	41.652	47.392
Sistema Único de Saúde (SUS)	7.497	12.109
Consumidor final	3.040	3.073
Outros	56	98
	52.245	62.672
Provisão para perdas de crédito esperadas	(4.070)	(3.992)
Provisão para glosas	(5.577)	(3.214)
	42.598	55.466

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber--Continuação

- b) A análise das contas a receber de clientes por idade de vencimento está apresentada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
A vencer	31.145	43.109
Vencidas		
Até 30 dias	5.559	2.621
De 31 a 60 dias	3.940	2.128
De 61 a 90 dias	1.460	1.672
De 91 a 180 dias	2.743	3.805
De 181 a 360 dias	2.306	4.285
Acima de 360 dias	5.092	5.052
	<u>52.245</u>	<u>62.672</u>

- c) A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas é assim demonstrada:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	4.549
Reversão de provisão no exercício, líquida	(557)
Saldo em 31/12/2019	<u>3.992</u>
Constituição de provisão no exercício, líquida	78
Saldo em 31/12/2020	<u>4.070</u>

- d) A movimentação da provisão para glosas é assim demonstrada:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	3.386
Reversão de provisão no exercício, líquida	(172)
Saldo em 31/12/2019	<u>3.214</u>
Constituição de provisão no exercício, líquida	2.363
Saldo em 31/12/2020	<u>5.577</u>

7. Estoques

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Materiais para produção de órtese, prótese e materiais especiais	1.778	1.845
Materiais e medicamentos	7.182	1.707
Estoque de produtos acabados (a)	1.798	1.728
Materiais gerais (b)	1.041	1.539
	<u>11.799</u>	<u>6.819</u>

- (a) O estoque de produtos acabados é composto por material produzido: órteses e próteses e material para revenda tais como: cadeiras de roda e produtos ortopédicos.
- (b) No grupo de materiais gerais estão alocados: materiais de captação, materiais de consumo, materiais de escritório, formulários, materiais de limpeza e materiais para manutenção.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

7. Estoques--Continuação

As movimentações ocorridas no período na conta de provisão para perdas de estoques estão assim representadas:

Saldos em 1º de janeiro de 2019	(57)
Adições	-
Reversões e baixas, líquidas	57
Saldos em 31 de dezembro 2019	-
Adições	-
Reversões e baixas, líquidas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-

8. Imobilizado

	2020	2019
Custo		
Terrenos	7.650	7.650
Edifícios	85.271	77.191
Instalações	9.145	8.287
Móveis e utensílios	11.248	10.705
Equipamentos de informática	12.089	11.844
Veículos	675	887
Máquinas e equipamentos	41.069	36.792
Imobilizado em andamento (a)	7.441	5.602
	174.588	158.958
Depreciação acumulada	(85.516)	(77.482)
Provisão para encerramento unidades (b)	(6.323)	(6.325)
	82.749	75.151

- (a) Em 2020 o grupo de imobilizado em andamento está substancialmente representado por reformas na unidade Ibirapuera (Obra da Nova Usina Elétrica, Reforma do Piso do Centro de Reabilitação e Reforma do 5º andar).
- (b) Referente à provisão para encerramento das unidades (perda por redução ao valor recuperável de ativos) de Campina Grande e de Nova Iguaçu, a mesma foi constituída considerando o fato de que as unidades se encontram sem operação, e estão atualmente em processo de encerramento junto aos órgãos competentes.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

8. Imobilizado--Continuação

A movimentação do saldo do imobilizado está assim representada:

	2018	Adições	Baixas	Transferências	2019
Terrenos	7.453	-	-	197	7.650
Edifícios	71.332	-	(1.651)	7.510	77.191
Instalações	7.495	237	(70)	625	8.287
Móveis e utensílios	10.278	1.057	(630)	-	10.705
Equipamentos de informática	11.092	1.248	(496)	-	11.844
Veículos	818	212	(143)	-	887
Máquinas e equipamentos	32.708	4.417	(333)	-	36.792
Imobilizado em andamento	2.984	10.950	-	(8.332)	5.602
	144.160	18.121	(3.323)	-	158.958
Depreciações acumuladas	(71.238)	(7.740)	1.496	-	(77.482)
Provisão para encerramento de unidades, sobre ativos líquidos	(6.558)	-	233	-	(6.325)
	66.364	10.381	(1.594)	-	75.151

	2019	Adições	Baixas	Transferências	2020
Terrenos	7.650	-	-	-	7.650
Edifícios	77.191	71	-	8.009	85.271
Instalações	8.287	131	(9)	736	9.145
Móveis e utensílios	10.705	720	(177)	-	11.248
Equipamentos de informática	11.844	249	(4)	-	12.089
Veículos	887	106	(318)	-	675
Máquinas e equipamentos	36.792	4.531	(258)	4	41.069
Imobilizado em andamento	5.602	10.597	(9)	(8.749)	7.441
	158.958	16.405	(775)	-	174.588
Depreciações acumuladas	(77.482)	(8.448)	414	-	(85.516)
Provisão para encerramento de unidades	(6.325)	-	2	-	(6.323)
	75.151	7.957	(359)	-	82.749

A Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Lei nº 15.411, de 12 de julho de 2011, autorizou o poder executivo a doar à AACD área municipal (terreno) situada à Rua Pedro de Toledo, Vila Clementino. O referido terreno possui 13.328,77 m². A AACD aguarda a regularização da escritura em seu nome para incorporar esse terreno em seu ativo imobilizado.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

8. Imobilizado--Continuação

Do total das adições, reconhecemos o montante de R\$ 149 (R\$ 585 em 2019), referente a doações.

As movimentações ocorridas no período na conta de provisão para encerramento de unidades estão assim representadas:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	(6.558)
Adições	-
Reversões e baixas, líquidas	233
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(6.325)</u>
Adições	-
Reversões e baixas, líquidas	2
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>(6.323)</u></u>

9. Intangível

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custo		
Softwares - sistema de Gestão	10.711	10.692
Amortizações acumuladas	(9.646)	(9.044)
	<u>1.065</u>	<u>1.648</u>

A movimentação do saldo está assim representada:

	<u>2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2019</u>
Softwares- sistema de gestão	10.318	374	-	10.692
Amortizações acumuladas	(8.415)	(629)	-	(9.044)
	<u>1.903</u>	<u>(255)</u>	<u>-</u>	<u>1.648</u>
	<u>2019</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2020</u>
Softwares- sistema de gestão	10.692	19	-	10.711
Amortizações acumuladas	(9.044)	(602)	-	(9.646)
	<u>1.648</u>	<u>(583)</u>	<u>-</u>	<u>1.065</u>

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

10. Propriedade para Investimento

	2020	2019
Fazenda Santo André (a)	35.031	35.031
Demais propriedades (b)	731	731
	35.762	35.762

- (a) Em agosto de 2018, a Associação recebeu em doação uma fazenda, denominada "Fazenda Santo André", localizada entre os municípios de Cravinhos e São Simão, no Estado de São Paulo. A referida fazenda é objeto de contrato de arrendamento rural (concessão da terra para plantio por produtor rural), vigente até 31 de dezembro de 2022. A propriedade foi contabilizada ao valor justo, como propriedade para investimento no montante de R\$ 35.031, suportada por laudo emitido por empresa especializada independente, que utilizou as normas do IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia e da NBR 37.18453-3/04 da ABNT, e utilizou como premissa dados do mercado imobiliário local, que foram devidamente homogeneizados com as características próprias da respectiva propriedade. O objetivo é de obter rendimentos para aplicação nos projetos da Associação.

O valor justo da propriedade em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 60.602 (R\$ 35.031 em 2019) valor suportado por laudo de avaliação emitido pela empresa IHS Markit que utilizou as normas do IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia e da NBR 14.653-3/04 da ABNT, e utilizou como premissa dados do mercado imobiliário local, que foram devidamente homogeneizados com as características próprias da respectiva propriedade.

Durante o exercício de 2020 a receita apurada com o contrato de arrendamento rural foi de R\$ 1.246 (R\$ 1.199 em 2019).

- (b) Durante o exercício de 2018 foram transferidos do Ativo Imobilizado para Propriedade para Investimento 14 imóveis, ao valor líquido de R\$ 731 (custo amortizado), todos de propriedade da Associação, mas que são gravados com cláusula vitalícia de inalienabilidade e impenhorabilidade, e estão locados em função destas características. As receitas de aluguel geradas por estes imóveis são reconhecidas no resultado. Durante o exercício de 2020 a receita de aluguel totalizou R\$ 273 (R\$ 268 em 2019).

O valor justo estimado desses imóveis, determinado pela Administração, monta R\$ 3.803 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 3.699 em 2019). Como metodologia de cálculo para determinação do valor justo, a administração utilizou-se de preços médios de metro quadrado aplicados em negociações de mercado em vendas de imóveis nas regiões onde os ativos estão localizados e, quando aplicável, utilizou-se de fatores deflatores em função das condições de conservação desses imóveis.

11. Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores (a)	17.410	16.437
Provisão de Fornecedores (b)	395	68
Provisão de Repasse Médico (c)	2.762	2.559
	20.567	19.064

- (a) Referem-se às obrigações correntes com fornecedores, principalmente de serviços e de materiais hospitalares.
(b) Referem-se principalmente a provisão de fornecedores de Órteses, Próteses e Materiais Especiais – OPME.
(c) Referem-se à provisão de repasse médico (serviços médicos - cirurgiões e equipes).

A análise de fornecedores por idade de vencimento está apresentada a seguir:

	2020	2019
Até 30 dias	12.130	9.401
De 31 a 60 dias	5.191	6.823
De 61 a 90 dias	2.639	2.651
De 91 a 180 dias	606	187
Acima de 181 dias	1	2
	20.567	19.064

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

12. Salários e contribuições sociais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Provisão para férias	7.558	11.043
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a recolher	1.320	1.308
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	895	943
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	575	618
Outros	172	169
	<u>10.520</u>	<u>14.081</u>

13. Provisão para contingências

A AACD, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária e administrativa, em diversas instâncias, ajuizadas e conhecidas na data de encerramento das demonstrações financeiras, tendo a Administração adotado como procedimento a constituição de provisão com base na opinião dos assessores jurídicos da AACD e a análise das demandas judiciais em aberto. Não há nenhum processo individual de valor relevante que necessite de divulgação específica. Os valores provisionados são considerados suficientes pela administração para a cobertura de prováveis perdas e são apresentados como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Trabalhista	3.930	3.367
Cíveis	1	-
Tributária e Administrativa	-	309
	<u>3.931</u>	<u>3.676</u>

A movimentação da provisão é demonstrada como segue:

	<u>Natureza das Contingências</u>			
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Tributária e Administrativa</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2019	3.191	101	-	3.292
Adições	4.401	50	309	4.760
Reversões e baixas	(4.225)	(151)	-	(4.376)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.367	-	309	3.676
Adições	2.853	9	3	2.865
Reversões e baixas	(2.290)	(8)	(312)	(2.610)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>3.930</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>3.931</u>

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

13. Provisão para contingências--Continuação

A AACD tem ações de natureza trabalhista, cível, tributária e administrativa envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação dos assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 41.407 (2019 - R\$ 39.579), sendo que este valor substancialmente está representado pelos processos de natureza tributária: nº 19515-721.097/2014-20 no valor de R\$ 27.477 referente à Contribuição Previdenciária, atualmente em discussão no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), processo nº 10314-720.784/2018-43, referente à Contribuição Previdenciária no valor de R\$ 1.293, processo nº 10314-720.092/2019-86, referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF no valor de R\$ 3.746 e por 20 processos trabalhistas que totalizam R\$ 3.943.

O julgamento do STF proferido em 23 de fevereiro de 2017 como procedente da ADI nº 2028 declarou inconstitucional a alteração na Lei 8.812/91 promovida pela Lei nº 9.732/98 e determinou que a questão da regulação da imunidade tributária prevista no artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal deve ser feito por lei complementar e não por lei ordinária. Desta forma os processos do CARF que versam sobre a questão de imunidade tributária de entidades de assistência social foram suspensos.

14. Patrimônio líquido

Conforme estatuto social, a AACD deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit.

Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

15. Receitas institucionais - com doações

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Teleton (a)	16.843	24.555
Donativos em dinheiro	3.385	4.623
Mantenedores	16.989	16.206
Donativos em materiais	11.380	7.958
Produto financeiro (b)	25.652	19.583
Doações espontâneas (c)	11.255	38
Outras receitas de captação (d)	8.298	8.408
	<u>93.802</u>	<u>81.371</u>

(a) As receitas são provenientes da campanha anual que visa à obtenção de recursos destinados à manutenção de centros de atendimento aos deficientes físicos no território nacional e é reconhecida no resultado de acordo com a efetivação das doações.

(b) As receitas são representadas pela campanha realizada através de doações de cartões de crédito ou títulos de capitalização com apoio de operadoras de cartões e bancos.

(c) As receitas são representadas por recursos financeiros, constituídos por depósitos bancários.

(d) Captações através de nota fiscal paulista, nota fiscal gaúcha, corrente do bem e empresas parceiras.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

16. Receitas de subvenção, convênios e termos

	2020	2019
Receitas com atividades hospitalares		
Secretaria Municipal de Saúde (d)	1.396	1.609
	1.396	1.609
Receitas com atividades ambulatoriais		
Fundo Pró-Infância Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Secretaria de Desenvolvimento Social (a)	806	996
Subvenções, convênios e termos (b)	7.543	5.302
Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FID) (c)	-	79
(-) Dedução da receita	(27)	(173)
	8.322	6.204
Receitas com atividades institucionais		
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (e)	417	451
Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FID) (c)	123	131
Ministério da Cultura (f)	-	512
(-) Dedução da receita	-	(288)
	540	806

- (a) Referem-se a verbas recebidas por meio de convênios firmados para manutenção e sustentabilidade da unidade de Porto Alegre junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e Secretaria de Desenvolvimento Social para Tratamento Odontológico à Criança e Adolescente com Deficiência Física (CONDECA).
- (b) Referem-se a verbas recebidas dos municípios de Mogi e região (consórcio Condemat), Poços de Caldas, Uberlândia, Osasco e Recife, Secretaria Municipal da Educação, FASC (Porto Alegre), para manutenção das unidades e subsídios para tratamento e reabilitação física de portadores de Deficiência Física.
- (c) Referem-se substancialmente a verbas recebidas pelo Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos, com a finalidade de apoio ao programa de assistência às pessoas portadoras de distrofia muscular e através da expansão do atendimento escolar.
- (d) Refere-se a verbas recebidas da Secretaria Municipal da Saúde para desenvolvimento de recursos humanos, custeio de equipe para assistência à saúde, aquisição de equipamentos e ampliação dos serviços médicos assistenciais da pessoa com deficiência física.
- (e) Refere-se à ação compartilhada de educação especial de crianças e adolescentes, que visa à promoção do atendimento de educandos com graves deficiências físicas, mentais, auditivas, visuais, múltiplas ou com conduta típica de síndromes com comprometimentos severos, que não puderam ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular, desenvolvida, dessa forma, nas unidades de educação especial.
- (f) Refere-se à verba recebida do Ministério da Cultura para realização de oficinas gratuitas de técnicas da capoeira e samba de roda possibilitando à pessoa com deficiência física acesso à cultura como meio de inclusão social.

17. Receitas institucionais - investimentos subsidiados

	2020	2019
Subvenção para investimentos (a)	1.493	1.238
	1.493	1.238

- (a) Refere-se à depreciação dos bens adquiridos com verba pública, para atendimento ao CPC 07.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

18. Receitas institucionais - outras

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Estacionamento	419	1.041
Lanchonete	204	584
Bazar	8.867	10.574
Arrendamentos	1.246	1.199
Demais receitas (a)	3.121	3.399
	<u>13.857</u>	<u>16.797</u>

(a) Representadas por receitas de locações, cursos e congressos, peças pré-fabricadas e reciclagem.

19. Receitas financeiras

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Rendimentos de aplicações financeiras	5.845	9.084
Descontos obtidos	547	993
Outras	480	83
	<u>6.872</u>	<u>10.160</u>

20. Trabalho voluntário

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a AACD identificou e mensurou os trabalhos voluntários por ela recebidos durante os exercícios de 2020 e de 2019.

O valor de trabalho voluntário foi reconhecido com base em estimativas de valor justo correspondentes a cada um dos serviços recebidos e está assim sumarizado:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Trabalho voluntário (a)	366	2.195
Conselhos e Comitês (b)	443	506
	<u>809</u>	<u>2.701</u>

(a) O valor justo desta remuneração foi atribuído considerando R\$ 9,89 de janeiro a março e R\$ 10,28/hora de abril a dezembro de 2020 (2019 - R\$ 9,89), multiplicado pela quantidade de horas dedicada à Associação pelo seu corpo de voluntários relativos ao trabalho administrativo, em 2020 foram 26.577 horas (2019 - 163.165 horas) sendo tomada como premissa do cálculo o valor justo de um assistente administrativo, ao qual mais se assemelha com as atribuições dos voluntariados.

(b) No trabalho desenvolvido referente aos Conselhos de Administração, Consultivo, Regional, Conselho Fiscal e dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, em 2020, foram 443 horas (2019 - 506 horas), tendo sido aplicado o valor de R\$ 1.000,00/hora em 2020 (R\$ 1.000,00/hora em 2019), para valorização destas horas.

Nenhum dos valores acima teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, em 2020 e 2019, como receita e despesa operacional na demonstração do resultado, em montantes iguais, sem efeito no superávit do exercício.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros

Mensuração e hierarquia dos instrumentos financeiros

Para mensuração e determinação do valor justo, a Associação utiliza a metodologia de fluxo de caixa descontado, baseadas em premissas internas e observações de mercado externo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
- Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Instrumentos financeiros	Nota	31/12/2020	Método de mensuração	Nível
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.048	Valor Justo (VRJ)	2
Títulos e valores mobiliários	5	271.724	Valor Justo (VRJ)	2
Contas a receber	6	42.598	Custo Amortizado	2
Passivos				
Fornecedores		20.567	Custo Amortizado	2

Não existem variações materiais entre os valores contábeis e os valores justos destes instrumentos.

Gerenciamento de riscos financeiros

A AACD participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, risco de liquidez e riscos de mercado (juros), aos quais a Associação entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. A administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Adicionalmente, a Administração procede com a avaliação tempestiva, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da AACD são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles apropriados e para monitorar riscos e aderência dos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo da AACD caso um cliente ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhem em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios, particulares e em títulos e valores mobiliários.

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - A política de gestão de risco corporativo determina que a AACD avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como, propostas de mitigação. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento assumidos.

A AACD possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo e realizável a longo prazo com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco. As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas. Tais aplicações refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

Contas a receber de clientes - Para mitigar esses riscos a AACD tem políticas de análise das situações financeiras e patrimonial de suas contrapartes, gerenciamento no processo de revisão prévia de glosas juntos aos convênios médicos e constituição de provisão de perdas de créditos esperadas, assim como limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

Risco de taxa de juros

O risco referente às taxas de juros decorre das operações de equivalentes de caixa, aplicações em títulos e valores mobiliários. A manutenção de ativos financeiros indexados ao CDI, bem como, o prazo de realização dos recebíveis corrigidos a taxas de juros fixa, garante à Associação baixo nível de risco associado às oscilações nas taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2020, a Associação efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos e favoráveis dos juros, considerando as seguintes premissas: cenário esperado para taxa de juros do CDI para a próxima divulgação (3,25% em 31/12/2021 – fonte: Relatório Focus BACEN), considerado como cenários de sensibilidade redução de 25% e aumento de 25% e 50% conforme avaliado pela Administração da Associação.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros	Risco	Saldo em 31/12/2020	Cenário esperado	Redução de 25%	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Caixa e equivalentes	Baixa CDI	1.048	1.082	1.074	1.091	1.099
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	271.724	280.555	278.347	282.763	284.970

Risco de Liquidez

É o risco em que a AACD irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Associação na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da AACD.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados (quando aplicável) e excluindo o impacto de acordos de compensação:

Fluxo de caixa contratuais				
	Valor contábil	12 meses ou menos	1-2 anos	Mais de 2 anos
31 de dezembro de 2019				
Fornecedores	19.064	19.064	-	-
Parcelamento de impostos	990	334	158	498
Outras contas a pagar	743	743	-	-
Total	20.797	20.141	158	498
31 de dezembro de 2020				
Fornecedores	20.567	20.567	-	-
Parcelamento de impostos	667	157	260	250
Outras contas a pagar	521	521	-	-
Total	21.755	21.245	260	250

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tal como as taxas de juros tem nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela AACD e dos demais insumos utilizados no processo de prestação de serviço e venda de produtos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da AACD.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis. Esse risco é mitigado uma vez que um dos principais componentes do custo se refere a pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Com relação à taxa de juros, a Associação mitiga este tipo de risco centralizando seus investimentos em títulos e valores mobiliários com taxas que acompanham a variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e fundos de renda fixa.

22. Seguros contratados

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura dos seguros contratados é assim demonstrada:

Modalidade	Importância segurada
Edifícios, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios	369.632
Responsabilidade civil	30.100
Veículos	1.100
	400.832

23. Gratuidade e informações suplementares

Em conformidade com os artigos 1º e 3º do Estatuto Social da AACD, e em conformidade com os requisitos da Lei nº 12.101/2009 e, em atendimento aos itens 13, 16, 17, 24 e 27 - letras (m) e (n) da ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, a Associação apresenta o valor em gratuidade que dispensou aos seus pacientes com deficiência nos anos de 2020 e 2019, apurados pelo custo médio dos serviços prestados:

<u>Quantidade de internações hospitalares – diárias</u>	2020	2019
SUS	1.788	5.097
Financiamento próprio	1	9
Convênios e particulares	11.612	13.787
	13.401	18.893

<u>Quantidade de atendimentos ambulatoriais</u>	2020	2019
SUS	253.341	450.154
Financiamento próprio	3.154	18.168
Convênios e particulares	107.149	175.470
	363.644	643.792

Os atendimentos/procedimentos realizados aos pacientes com deficiência física da AACD são definidos a partir da patologia diagnosticada e das necessidades de tratamento de cada uma delas. Contudo, nem todos os atendimentos/procedimentos necessários realizados pela AACD em seus pacientes, fazem parte do rol de procedimentos custeados pelo SUS.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

23. Gratuidade e informações suplementares--Continuação

O não custeio por parte do SUS de alguns procedimentos necessários ao tratamento das pessoas com deficiência, assim como o subfinanciamento dos procedimentos cobertos, não exige a AACD de realizá-los, uma vez que estes serviços fazem parte dos protocolos de atendimentos realizados pela Associação.

Assim, demonstramos com o quadro abaixo, o valor em gratuidade que a AACD dispensou aos seus pacientes com deficiência nos anos de 2020 e 2019, apurados pelo custo médio dos serviços prestados:

Em milhares de reais	2020			2019		
	Financiamento Próprio	Déficit gerado pelo atendimento ao SUS	Total de Gratuidade	Financiamento Próprio	Déficit gerado pelo atendimento ao SUS	Total de Gratuidade
Hospital	11	14.183	14.194	77	40.283	40.360
Centro de Reabilitação	454	29.370	29.824	2.321	37.653	39.974
Centro de Diagnóstico	14	837	851	117	829	946
Dispensação de Órteses e Próteses	1	1.667	1.668	-	1.735	1.735
Total de Gratuidade	480	46.057	46.537	2.515	80.500	83.015

24. Imunidade tributária

O patrimônio, a renda e os serviços da Associação são imunes à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de outubro de 1988.

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado por meio da sua escrituração contábil.

Em 15 de setembro de 2020 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 850, de 24 de setembro de 2020, que deferiu o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Área da Saúde - CEBAS da AACD, para o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

25. Imunidade das contribuições sociais usufruídas

A imunidade das contribuições sociais usufruídas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 está apresentada conforme segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contribuição patronal de INSS	19.688	20.775
Risco de Acidentes de Trabalho (RAT)	2.953	3.116
Outras (SESC, SESI, SENAC, etc.)	5.710	6.024
	<u>28.351</u>	<u>29.915</u>

26. Declaração de conformidade dos Superintendentes

A Superintendência declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e com o respectivo Relatório dos Auditores Independentes.

Confirma também que todas as informações relevantes constantes nas demonstrações financeiras correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

27. Eventos subsequentes

Em outubro de 2020 o Governo do estado de São Paulo emitiu os Decretos: 65.254/20 que retirou a isenção do ICMS de Equipamentos e Insumos Cirúrgicos e Medicamentos, alíquota zero para 18%, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2021, que impactou o custo dos produtos adquiridos, e a Associação está negociando com clientes (convênios e SUS) os preços dos serviços prestados, e o Decreto 65.255/20 que reduziu a isenção de benefícios de cadeiras de rodas e aparelhos ortopédicos (produtos de revenda), para os quais a alíquota aplicável passou a ser de 4,14%, nas compras e vendas, e a Associação passou a ser contribuinte do ICMS, a partir de 15 de janeiro de 2021 quando passou a vigorar o referido decreto. Ressaltamos que as alterações passaram a vigorar em 2021 e não impactaram as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro 2020. Os efeitos da redução do benefício fiscal não são relevantes, e serão avaliados durante o ano de 2021.